



Apontamentos sobre o lugar social do artista negro na virada do XIX para o XX, através da experiência do escritor Lima Barreto.

LUCAS SÖHN ALBUQUERQUE*

Da considerada significativa historiografia e crítica literária já realizada sobre o escritor carioca Lima Barreto (1881 -1922) podemos dizer que boa parte dela se debruça e tem como questão a Literatura produzida pelo escritor entre os anos 1900 a 1922 e o processo literário do início do período republicano em que Barreto se inseriu. Nossa proposta nesse artigo propõe dar pistas ou formas de entendimento do processo social pelo qual sua família, em particular, vivenciou, porém dando direções, em geral, das possibilidades e limites, assim como ambiguidades que negros, livres e seus descendentes tinham durante a segunda metade do século XIX e o início da República.

Nesse caso a proposta é pensar como a trajetória familiar de Lima Barreto permitiu delimitar e definir certo lugar social do artista. Seria, nesse artigo, uma aproximação daquilo que Antônio Cândido chama de sociologia da literatura, definida “pelo tratamento externo dos fatores externos (...) onde esta não propõe a questão do valor da obra, e pode interessar-se, justamente, por tudo que é condicionamento” (CANDIDO, 2006: 14).

A família Barreto

Entre os historiadores, quanto se referem à história dos pais de Barreto, em geral apenas os descrevem como progenitores e lhes dão algum traço biográfico de ambos, enfatizando a origem escrava e humilde, mencionando, ainda que rapidamente, a busca pela instrução por parte de João Henriques e Amália Augusta.

Em um sentido amplo, estamos pensando o modo como sujeitos negros livres se movem em uma sociedade ainda sob o julgo da escravidão, porém num processo de crise das instituições imperiais desse período. Essa ascensão social é considerada também na formação educacional desses indivíduos. Não tão somente, mas a própria formação educacional é vista, por parte desses sujeitos, um elemento fundamental para garantir essa mobilidade social nesse momento.

Durante o século XIX no Brasil, a educação ainda era um privilégio para poucos.

* Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é mestrando do Programa de Pós Graduação da mesma universidade. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes-MEC).

Considerando que estamos falando de um período de escravidão no país, a condição de indivíduos negros terem acesso à educação, se restringe. Portanto encontramos um panorama bem complicado para indivíduos com o perfil dos pais do escritor Lima Barreto, negros, pobres e tendo pais que eram escravos, terem a chance de conquistarem alguma ascensão social através da educação.

Os pais do escritor Lima Barreto, João Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta Barreto viveram juntos durante a segunda metade do século XIX. As biografias do romancista, em geral, focalizam ainda, em larga medida, o trágico de suas vidas, a mãe vítima do sofrimento causado pelo parto de um dos seus filhos, que debilitaram sua saúde e depois pela tuberculose que lhe custou a vida em 1887. Sobre o pai a “loucura” em meados de 1903 até o fim da vida. A trajetória dos pais de Lima Barreto apenas serve para corroborar certa predisposição a tragédia e as dificuldades da vida que Lima Barreto teve. Pior, estabelecem uma relação quase teleológica em torno de sua trajetória, como se as agruras e dificuldades da vida dos pais necessariamente seria experienciada pelo filho literato. Isso porque dentre os episódios que marcaram negativamente a vida do escritor carioca estão duas passagens pelo hospício, em 1914 e 1918, o não reconhecimento da elite intelectual a sua obra, a recusa da Academia Brasileira de Letras a sua indicação. Elementos esses que pouco explicam as condições sociais que possibilitaram que um sujeito negro, neto de escravos, fosse escritor¹.

João e Amália tiveram, de alguma forma, um vínculo com a escravidão na família. João Henriques era negro livre, porém filho de uma escrava, Carlota Maria dos Anjos e de um madeireiro português que trabalhava na Rua da Misericórdia, região central do Rio de Janeiro. O pai, ao que consta, não reconheceu a paternidade de João, talvez por ser o resultado de um relacionamento com uma escrava fora do casamento ou pelo próprio reconhecimento social negativo que poderia ocasionar um envolvimento de um imigrante livre tendo alguma especialização com uma escrava ou ex-escrava. Sobre a mãe de João Henriques sabemos apenas o nome e sua condição jurídica e social. Segundo o próprio escritor Lima Barreto, seu pai fora “fruto da mancebia de uma 'cabrocha' com um português, minhoto tenaz, estucador de ofício” (BARBOSA, 2002: 41). É mencionada por Assis Barbosa como antiga escrava, não deixando claro se Carlota permaneceu escrava ou foi liberta em algum momento, mas podemos supor que pelo ano, 1852, e a condição de livre de seu filho, ou ela já era liberta no

¹ Basicamente a problematização dessa questão básica foi objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso: (ALBUQUERQUE, 2016).

momento do nascimento de João Henriques, ou ele foi alforriado na pia batismal.

A mãe de Lima Barreto, Amália Augusta, nascida negra livre, era ligada a uma família tradicional de proprietários de terras do Rio de Janeiro de meados dos noventa, a família Pereira de Carvalho. Seu membro mais conhecido era formado em Medicina, o doutor Manuel Feliciano Pereira de Carvalho². Essa ligação entre a mãe Amália e os Pereira de Carvalho, começou quando a bisavó de Lima Barreto, Maria da Conceição, uma negra escravizada em Moçambique, vêm no início do século XIX para o Brasil, já trabalhar diretamente na casa da família, que a comprou, em São Gonçalo. Não se sabe se em algum momento, Maria foi libertada. O certo é que seus filhos foram libertados pelos Pereira de Carvalho, quando a família mudou-se da fazenda em São Gonçalo para o solar urbano na capital da corte em meados de 1850. Uma das filhas de Maria, a agora liberta Geraldina Leocádia, deu a luz a quatro filhos, dentre eles Amália Augusta. Portanto, a mãe do escritor nasceu livre e recebeu durante boa parte de sua infância a proteção da família Carvalho.

No século XIX, sujeitos que nascem ou se tornam livres tem como consequência a construção de algumas distinções sociais relevantes para o entendimento da formação social brasileira desse período. Ser livre era uma condição social em que formalmente se tinha a liberdade reconhecida e algum tipo de respaldo jurídico concreto. Porém, em muitos casos, a liberdade do indivíduo, antes escravizado, é constituída apenas formalmente. Isso porque as possibilidades de ascensão social, ou até mesmo de direitos sociais básicos às pessoas pobres ou sem nenhum tipo de formação não haviam sido construídas.

No caso de Amália, no futuro se tornaria professora de primeiras letras e ao lado de seu marido fundaria uma escola chamada Santa Rosa. Assim, Amália pode ajudar seu marido, no início da vida de casados, compondo uma maior renda familiar, ensinando e administrando a escola. Sua trajetória de relação com a família Pereira de Carvalho precisa ser colocada em seu contexto histórico próprio. Amália de alguma maneira foi beneficiada por uma proteção social da família proprietária de terras e sua educação foi resultado desse processo, porém as relações em larga medida continuaram desiguais e de submissão, sendo que sua mãe, mesmo

² Patriarca da medicina brasileira, uma figura importante do ensino e da prática da medicina do século XIX, Manuel Feliciano Pereira de Carvalho foi cirurgião-mor do Exército Brasileiro durante algumas décadas, exercendo suas funções inclusive na Revolução Farroupilha e na Guerra do Paraguai. Foi considerado, pela história oficial da medicina brasileira, seu patrono, além de ter dado sua contribuição no ensino da Medicina nas instituições de formação médica do Império. Foi o mentor do importante médico Bezerra de Menezes, conhecido como o “Médico dos Pobres”.

alforriada, continuava trabalhando para a família.

João Henriques, por sua vez, depois de abandonar a mãe escrava em meados de 1870, poderia estar fadado a algum trabalho braçal qualquer, sem nenhuma especialização e sem grandes perspectivas de vida, porém conquistou uma formação segura e um casamento com uma moça ligada a uma família tradicional do Rio de Janeiro nas condições ditas anteriormente. Um jovem negro, filho de mãe escrava e de pai ausente, consegue ingressar nas escolas de ofício e de formação de humanidades durante a década de 60 do século XIX no Rio de Janeiro. Lima Barreto, em seu romance de juventude constrói o personagem Miguel da Costa:

Aos 14 anos, abandonando a mãe - “estava nos costumes do tempo” - tornara-se operário litógrafo, adquirindo por esforço próprio “pequena instrução, mas segura”. Mais tarde, “protegido por uma influência do tempo”, conseguira empregar-se numa repartição pública, casando-se por volta dos 25 anos (BARRETO, 1961:16).

O personagem do romance *Marco Aurélio e seus irmãos* descreve perfeitamente o pai de Afonso Henriques. Ele estudou primeiramente no Instituto Comercial da Corte onde formou sua base em humanidades e em francês. Depois teve a possibilidade de ingressar no Imperial Instituto Artístico, fundado em 1859 pelos irmãos alemães, Karl e Henrique Fleiuss, além do também alemão Karl Linde. Aprendeu seu ofício de tipógrafo com o Mestre Faulhaber, também alemão de nascimento, radicado no Brasil. Sobre a instituição em que realizou sua formação técnica como tipógrafo, o Instituto era bem aparelhado e possuía excelente equipe de profissionais gráficos, compositores, gravadores e impressores. Ou seja, teve uma formação educacional, humana e técnica bastante consistente para um rapaz de sua origem social e racial, porta de entrada para um emprego seguro e bem realizado.

Foram através dessas bases que os pais de Lima Barreto entraram na vida adulta tentando consolidar uma melhora significativa de vida de várias formas, como através de vínculos sociais com diferentes instituições e indivíduos. A mãe Amália, acabou vivendo pouco, exercendo o trabalho de professora na escola fundada pelo casal por quase 10 anos. João Henriques, mesmo após a trágica morte de sua esposa, seguiu lutando para ver seu filho “doutô”, tendo experiências através de seu trabalho que o permitiu entrar em contato com membros da classe política, com o debate público e com associações mutualistas.

1.2 A imprensa e a vida pública

João Henriques se tornou tipógrafo. O profissional montava, compunha e organizava os textos escritos para os jornais. Assim, teria então que dominar, não apenas um saber técnico como outro trabalhador especializado, mas ter o domínio das letras e dos textos. Nesse meio o jovem aprendiz vai trabalhar nas oficinas do *Jornal do Comércio*, de propriedade do empresário Pedro Plancher e principal jornal da Corte Imperial. Foi o jornal que lhe deu a oportunidade do primeiro emprego. Era o único jornal que era nacional e se declarava não-partidário, antes informativo que de opinião, tendia ao compromisso com as instituições, adotando um tom editorial moderadamente conservador, em sintonia com o espírito do império³. No contexto de discussões a respeito da ordem monárquica estabelecida até então, os jornais são o principal meio em que a ‘geração de 1870’ teve para expor suas opiniões acerca das questões políticas daquele período.

Ou seja, João Henriques ao menos estava a par dessas discussões, inclusive da posição do Jornal ao qual prestava seus serviços. É muito difícil afirmar se a posição política do jornal e os textos publicados, muitas vezes questionando a própria ordem pelo qual o Jornal do Comércio reproduzia, influenciavam nas posições políticas de João Henriques, se é que ele tinha alguma. As fontes colhidas sobre esse homem não nos permite dizer, com certeza, se ele passou a ter uma consciência e segura posição política. O que se sabe é que ele saíra do *Jornal do Comércio*, demitindo-se e candidatando-se logo em seguida para trabalhar no jornal *A Reforma*, sendo contratado em 1869 ou 1870.

O jornal *A Reforma* surge em meio a um contexto de mudança, em que para além de uma imprensa como veículo de crítica, individual ou partidária, porém endógena ao *status quo* imperial passa a existir outra independente, canal de manifestação de insatisfação coletiva contra seus fundamentos, sendo consequência da nova estrutura de oportunidades políticas. Ajudou também a modernização dos processos de impressão dos anos 1870 e o barateamento dos custos dos jornais (ALONSO, 2002: 277). Isso em meio à crise do chamado consenso Saquarema-Luzias e a emergência de uma nova configuração política do Império. Parte da sociedade civil reclamava mudanças e respostas da classe política quanto à questão da

³.Mencionando uma declaração de Ferreira de Araújo, segue Alonso sobre o Jornal do Comércio: “Ele não tem partido, mas seu programa é a ordem, é o respeito pela autoridade. Pode-se dizer dele que, mesmo sendo neutro, é conservador, conservador de todo o governo, mesmo quando este é liberal” (ALONSO, 2002: 277).

instituição escravista, em crise, e novas demandas de modernização. A resposta conservadora a essa demanda por reformas foi clara, e a ala mais empedernida assumiu o gabinete, decidida a salvar a obra Saquarema. A oposição caracterizou o ato como golpe de Estado e ameaçou deserção sobre esse consenso. O resultado foi um reequilíbrio do sistema partidário. Em vez de se unirem contra o adversário comum, os liberais se dividiram, formando o “Partido Liberal-Radical” em 1868 e o “novo” Partido Liberal, dos moderados, em 1869.

O jornal *A Reforma* entra nesse contexto muito mais partidário, nesse sentido, do que o *Jornal do Comércio*. Representava os anseios e interesses políticos de um grupo específico da política imperial, a ala mais moderada entre os liberais, formado por políticos entre outros, Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), Zacarias de Góes, Cesário Alvim e Francisco Otaviano. A pauta de seu partido trazia, entre outras coisas, a reforma eleitoral com eleições diretas restritas às cidades maiores e a emancipação gradual da escravidão, porém contrários à ideia do republicanismo, reivindicando a permanência da Monarquia com algumas reformas. Com suas diferenças o Partido Liberal Radical colocava em cena uma questão que não passava pelo primeiro, que era o republicanismo.

Nesse cenário João Henriques entra nesse jornal para trabalhar, a princípio, como tipógrafo. Mas como podemos pensar que ele também não tenha tido uma vida pública e política se passou a ter a relação próxima de amizade e cumplicidade com Afonso Celso? Que ele não tenha, além da amizade e admiração pelo político do Império, uma afinidade política com ele? Porque ele, vendo as propostas do Partido Liberal e com suas convicções a respeito da sua situação social e empregatória, não tenha visto neste projeto tal afinidade? Francisco de Assis Barbosa diz que:

João Henriques era liberal, por sentimento e convicção. Trabalhava no jornal do partido e seguia à risca a orientação dos chefes (...). Por seu turno, o mulato conquistara a estima e confiança não só de Afonso Celso, como dos demais diretores. De simples compositor, passara a chefe de paginação, acompanhando pelos artigos de A Reforma a marcha liberal para a reconquista do poder, o que se iria verificar alguns anos mais tarde, com a formação do gabinete de 5 de janeiro de 1878, sob a chefia de Cansanção de Sinimbu. Jamais se arrependeu de ter deixado o emprego do Jornal do Comércio pelo de A Reforma (BARBOSA, 2002: 38).

Além do trabalho na tipografia do jornal do partido, João Henriques parece que efetivamente levou adiante suas opiniões políticas e planejou por volta do ano de 1873 adquirir seu próprio jornal. O fez na tipografia do jornal *A Reforma*. Parece que conciliou

paralelamente, ainda que por pouco tempo, as duas tarefas. E foi assim, que em 1873 adquiriu, junto com mais alguns amigos, o jornal *O Futuro*. Diz o editorial da última edição do jornal ainda sob a administração de uma associação o seguinte:

O “Futuro” que pertencia a uma associação, passa, de hoje em diante, a ser exclusiva propriedade dos Srs. João Henriques de Lima Barreto, José Ignácio da Rosa e Frederico Telles Barbosa, os quais, como solidários, são os responsáveis deste jornal, que será publicado quatro vezes por mês e em formato, para que melhor possa corresponder ao fim que se dedica⁴.

Esse jornal, agora administrado por João Henriques, logo na edição seguinte, muda seu *slogan* de “Jornal Artístico, Científico, Literário e Recreativo” para “Jornal do Órgão Democrático”. Parece haver uma mudança na sua concepção, de um jornal com características mais de produção cultural para um libelo político de crítica ao governo Paranhos. Não exatamente. O primeiro tinha no seu editorial sempre um texto político e ao longo do jornal à produção cultural, especialmente poesia e literatura. Porém, no segundo jornal o conteúdo político aumenta e ganha mais espaço, sem perder o viés cultural. Não podemos afirmar que essa mudança se deva apenas a ação de João Henriques, ligado às ideias liberais do período e próximo da ala mais moderada do partido, porém sua influência não só não deve ser descartada, como pode ser importante para a compreensão do deslocamento.

Através desse episódio, de uma tentativa que na verdade se constituiu numa experiência de ser proprietário de um jornal, já que ele não vai além de dois meses após João e alguns colegas terem o adquirido, mostra como a participação desse operário das letras, da tipografia do jornal *A Reforma* não se resumiu ao trabalho cotidiano, mas numa busca por uma vida política e pública efetiva. Mais, para além da busca por uma segurança maior de um emprego que conquistara a duras penas, ele construiu uma visão política e ideológica para o país e via na perspectiva liberal um caminho. Porém, essa perspectiva liberal não tem como horizonte uma mudança da estrutura social do Império, visa, naquele momento, apenas questionar o monopólio que o Partido Conservador passou a ter na política do país, governando por quase trinta anos ininterruptamente. O Partido Liberal também queria estar no poder, o que conseguiu posteriormente, porém as reformas Rio Branco representavam uma ameaça a essa estrutura.

Parece haver, do ponto de vista da experiência de João Henriques, um deslocamento

⁴ Jornal *O Futuro* – Jornal Artístico, Científico, Literário e Recreativo. Rio de Janeiro: 31 de janeiro de 1873, pp. 1. Disponível em: <http://goo.gl/Gf1xMG>

em que o campo da política ganha importância em sua vida. Com os objetivos que fossem, talvez mais pela garantia de suas conquistas que por algum ideal de nação, ainda sim o mulato fez parte da fundação do jornal *Tribuna Liberal*, em 1888. Esse jornal fundado por membros da ala Liberal moderada, durante a chamada de resistência liberal, é utilizado, em grande medida, como o lugar de voz desse grupo em meio às discussões completamente acirradas sobre qual seria o melhor regime de governo. A República ganhava muita força na sociedade e a queda da Monarquia nesse momento era questão de tempo. A resistência Liberal, formada por entre outros, Sinimbu, Lafaiete, Otaviano e Afonso Celso, contava agora também com a participação do recém-egresso do jornal *A Reforma*, o tipógrafo João Henriques, que foi convocado para tomar conta das oficinas do novo órgão, montadas na Rua do Ouvidor.

Em meio aos questionamentos do regime monárquico, a resistência liberal reorganiza um programa para o partido, em que o Visconde de Ouro Preto ao subir ao poder novamente, nomeia um novo ministério de um governo que durou cento e sessenta dias. Em meio às discussões no parlamento, Ouro Preto, certa vez, disse o seguinte:

Viva a República, não! Não e não! Viva a monarquia brasileira, tão democrática, tão abnegada, tão patriótica, que seria a primeira a conformar-se com os votos da nação e a não lhe opor o menor obstáculo, se ela, pelos seus órgãos competentes manifestasse o desejo de mudar de instituições (BARBOSA, 2002: 53).

Ou seja, o grupo de Ouro Preto representava o desejo de permanência da ordem e dos privilégios dessa classe política e seus interessados, através da monarquia. Ainda levava a reboque pessoas que tiveram alguma ascensão social durante esse período ou que eram contra alguma mudança estrutural nesse momento, como é o caso de João. O pai de Lima Barreto correu riscos, portanto. Passou a ganhar alguma notoriedade e a ser perseguido também pelos republicanos. Tornou-se um funcionário do Estado que tinha fortes ligações com o ex-ministro Afonso Celso e não escondia sua posição a favor da monarquia. E sofreu as consequências.

Um possível funcionário, da Imprensa Nacional na época, envia para o então jornalista Rui Barbosa, uma carta em que ele relata que João em vez de oferecer seus serviços ao Estado, pelo qual era pago, está conspirando contra a recém-proclamada República através do jornal *Tribuna Liberal*⁵. Segundo critica o aumento nos vencimentos de João Henriques e

⁵ “Exmo Sr. Conselheiro Rui Barbosa. É verdade tudo quanto diz o Sr. Galvão, relativamente aos méritos pessoais e técnicos do Sr. Lima Barreto, mas também não é menos verdade que: 1º) o Sr. Lima Barreto foi

outro funcionário, além de sua promoção dentro da instituição pelo fato de estar ligado ao jornal do Partido. João Henriques passa a ser considerado pelos defensores do novo regime como um conspirador político e uma ameaça a nova ordem estabelecida. E seu nome parece chegar até Rui Barbosa, logo ministro no início da República. Tanto que entre boatos que Barbosa demitiria João a qualquer momento, o mulato orgulhoso assina sua demissão da Imprensa Nacional antes.

Talvez a percepção de João Henriques tenha sido de ver no Partido Liberal, mais do que um projeto político definido, a luta pela permanência de suas conquistas sociais. Talvez o tipógrafo tenha pensado sua experiência política nesses termos. Olhando para trás, conquistou uma segura ascensão social, com uma família bem estruturada e podendo dar uma educação de qualidade para seus filhos através desse acordo implícito entre os partidos Conservador e Liberal que no fundo não queriam mudar a base da estrutura social do Império. Daí as críticas severas à política de Rio Branco no jornal:

Cheios da mais profunda consternação, motivada pelas sucessivas desgraças da pátria, tão humilhada e perseguida por esta corrompida actualidade que, encerra em si o que há e mais fatal e sinistro para o país; ainda uma vez, pois, cabe-nos a tarefa, de por amor ao povo e respeito a lei, bradarmos repassados de justa indignação, contra este governo, fraco por si mesmo, sem apoio na opinião, porém tenaz em conservar o poder para a contínua tiranização deste infeliz povo, cujos destinos, em hora amaldiçoada, pairaram nessas mãos sacrílegas que, ousam tocar na área santa de suas liberdades! Até quando estaremos sujeito a este governo eivado de ódios e mesquinhas paixões? Até quando este povo, em silêncio, sofrerá as torturas dessa medíocre e desgraçada situação acerrima inimiga do progresso e da liberdade do país? E, que o destino reserva ao Sr. Rio Branco e seus colegas a glória de demolirem a sociedade brasileira!⁶

Essa experiência de João Henriques está ligada justamente a classe ao qual pertencia, a dos tipógrafos, que se constituiu em grupos dos mais significativos desse período e que tinham essa peculiaridade de se aproximar, pela questão do trabalho com os textos escritos, da imprensa da época, que era o grande palanque das discussões políticas do período. Assim, uma ambientação, ao menos, com os termos do debate político era possível. Outra questão era

encarregado de montar as oficinas da Tribuna Liberal, sendo para isso dispensado de horas e até dias de serviço na Imprensa Nacional; e para ocupar o lugar de paginador da mesma oficina, como tem sido até aqui, foi também sempre dispensado nas oficinas do Estado uma hora antes de ali findar o trabalho pelo regimento da casa. 2º) Tanto o Sr. Lima Barreto deveria receber essa recompensa, que dias antes de ser chamado o Sr. Visconde de Ouro Preto para organizar o gabinete de junho, já o Sr. Galvão estudava o projeto de reforma, há menos de um mês publicado, que elevava os vencimentos do chefe da composição de 250\$ a 300\$ mensais". (BARBOSA, 2002: 56 – 57).

⁶ Jornal O Futuro – Jornal Artístico, Científico, Literário e Recreativo (23 de março de 1873) – Typ. Da – Reforma – Rua do Ouvidor, pp. 1, Disponível em: <http://goo.gl/oA6vpR>.

a reivindicação do caráter intelectual do trabalho tipográfico.

1.3 O tipógrafo e sua classe

João Henriques trabalhou como tipógrafo entre os anos de 1867⁷ a 1889, durante mais de vinte anos. Começou a trabalhar desde cedo⁸. Em meados de 1867, portanto, passa a fazer parte de um grupo de trabalhadores que nesse momento ganhara abrangência no ambiente urbano da corte imperial do Rio de Janeiro, a classe dos trabalhadores assalariados especializados. Essa classe urbana em emergência nesse período abrange uma vasta gama de trabalhadores, que se organizavam muitas vezes entre indivíduos que realizavam o mesmo ofício, entre eles trabalhadores barbeiros, chapeleiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, músicos, entre tantos outros. Foram dentro de uma história dos movimentos sociais e de organização dos trabalhadores, trabalhadores esses que ainda no século XIX começaram a buscar uma frágil reivindicação de direitos e busca de uma seguridade social.

Com um aumento populacional considerável e com as tentativas de modernização como a proliferação da imprensa, o aumento das instituições educacionais, projetos de saneamento urbano, houve uma dinamização do trabalho e da sociedade da cidade do Rio de Janeiro. Os trabalhadores urbanos surgem como grupos que passam a buscar uma seguridade social em meio a desregulamentação do trabalho assalariado no Brasil do período, que acontecerá apenas no século XX. Ganhavam seus salários, porém poucos direitos tinham garantidos. Os tipógrafos, em particular, por alguns motivos, foram uma classe de destaque nessa atuação durante a segunda metade do século XIX na zona urbana do Rio e responsável por uma das primeiras greves realizadas por operários na cidade do Rio de Janeiro, de que se tem registro, datada de 9 de janeiro de 1858.

Durante a segunda metade do século XIX, na capital da corte, circularam quatro jornais que se declaravam ligados à classe dos tipógrafos. São eles *O Echo da Imprensa*, o *Jornal dos Typographos*, a *Revista Typográfica* e o *Typógrafo*. Nesses jornais eles

⁷.Segundo Assis Barbosa, João Henriques começa a trabalhar no jornal *A Reforma* no ano de sua fundação, 1869. Antes disso ele trabalhava no Jornal do Comércio, emprego que conseguiu poucos anos antes, após ter saído do Imperial Instituto Artístico.

⁸ O primeiro periódico em que João trabalhou foi na tipografia do Jornal do Comércio. Segundo a referida biografia, o tipógrafo se demite do jornal e consegue emprego no jornal *A Reforma* quando tinha 19 anos de idade apenas. Portanto começou a trabalhar antes disso.

advogavam sua valorização profissional e privilegiavam seus interesses de classe. Mas principalmente construía toda uma simbologia relacionada a especificidade da sua profissão. Um aspecto muito ressaltado dizia respeito a proximidade do trabalho técnico com o trabalho intelectual do tipógrafo, o que na visão dos membros, era algo que os diferenciava dos demais trabalhadores:

A profissão tipográfica representava um trabalho especializado, pois quem exercia esse ofício realizava tanto uma atividade mecânica quanto uma intelectual. Esse ofício era concebido como uma arte, porque, além de ele ser um trabalho manual que necessitava de inteligência e disciplina para compor as letras no compondor e imprimi-las nos prelos, esse mesmo ofício ainda exigia o domínio da representação escrita, tais como as profissões liberais da época, fazendo-se dela uma atividade criativa. (VITORINO, 2002: 83).

Os tipógrafos, na visão de Almeida, compartilhavam certos códigos simbólicos, primeiro porque acreditavam na importância social e intelectual de seus trabalhos, mas também. Temos aqui duas questões importantes que dizem respeito diretamente à classe dos tipógrafos. Além da reivindicação de que eram artistas, a classe dos tipógrafos constituía um conjunto de códigos simbólicos que compartilhavam relacionados à ética do trabalho, de uma moral religiosa e de um culto ao pensamento. Nesse contexto, tanto da emergência da classe dos tipógrafos, quanto da importância da imprensa a sociedade carioca, há uma conexão que é veiculada com o objetivo de elevar, a classe tipográfica, o status de possuir uma missão que era permitir transmitir aos séculos vindouros, de uma maneira ao mesmo tempo rápida, elegante, correta e repetida ao infinito, o pensamento. Havia uma ideia de que a chamada redenção social se daria, além de outras maneiras, principalmente através da imprensa, do pensamento que circula.

Para além de uma construção histórica e simbólica feita pelos tipógrafos no decorrer da segunda metade do século XIX, alguns pensadores do ponto de vista concreto afirmam que a situação dos trabalhadores das oficinas era, em geral, precária. Jacques Rancière, ao analisar os operários na França por volta de 1840, focaliza que os discursos mais exaltados de valorização do trabalho, estavam, muitas vezes, vinculado a ideais de valorização e visibilidade de seus trabalhos, o que escondiam, muitas vezes, a degradação real de suas atividades (RANCIERE, 1988).

A partir de um relato de um tipógrafo, que descreve condições bastante degradantes

de trabalho (local apertado, mal ventilado, grandes períodos de trabalho), fala também em um sonho que possui. Para o historiador, na interpretação desse sonho que reside, talvez, a questão fundamental:

1 - pode ser entendida como um sonhar em conseguir um trabalho mais satisfatório e menos enfadonho no local de trabalho, de melhor salário, de mais tempo livre e que desse condições para realizar as suas aspirações humanas; 2- quanto uma procura por realizar os sonhos que os tipógrafos propuseram para si mesmos, consubstanciando em realidade as potenciais venturas que a profissão tipográfica lhes oferecia diariamente no local de trabalho (VITORINO, 2002: 178).

Outro ponto mencionando o relato do tipógrafo, quanto a questão da ausência de condições para realizar as aspirações humanas estava a possibilidade e o tempo de exercer uma atividade a qual lhe dava muito prazer, a leitura. Esse elemento do gosto pela leitura de João Henriques nos dá uma ideia de como o lugar social ocupado pelo pai de nosso escritor permitiu que gostasse das letras e formasse seu caráter e de sua família através também do intelecto. Um fato exemplar desse interesse de João Henriques pelas 'coisas das letras' foi a publicação de sua tradução do manual de aprendiz tipográfico do francês Jules Claye para o português. João Henriques se ocupou dessa tarefa importante para a classe de novos tipógrafos, que ainda estavam se formando no ofício, durante os anos 1870⁹.

Além do esforço para garantirem algum reconhecimento social através do trabalho, também buscaram formas de garantir certa seguridade social. Todas essas questões simbólicas foram discutidas por organizações, que ganhavam força nesse período e que tinham alguns objetivos bem definidos, as chamadas associações mutualistas.

As chamadas associações de socorros mútuos tinham o objetivo expresso de fornecer a seus membros pequenas importâncias em caso de doença, desemprego ou invalidez, ou custear enterros e garantir uma pequena pensão à família dos que faleciam bem pobres. Era organizado através de um fundo que os próprios trabalhadores pagavam para uma situação inesperada desse tipo. Essas associações de que fazia parte João Henriques não permitiam que escravos, imigrantes e até mesmo libertos se filiassem a entidade. Desse modo, a censura à

⁹“Na verdade, não se trata de uma tradução pura e simples. O autor teve o cuidado de adaptar as lições do famoso tipógrafo ao meio em que vivia, enriquecendo-as de notas e exemplos peculiares, como a citação do verso de Machado de Assis: “Bailando no ar gemia inquieto vaga-lume”, para exemplificar a maneira tipograficamente compor poesias em português. Como este, muitos outros poderiam ser citados, e que demonstram o cuidado da edição brasileira do trabalho de Claye, que, por muitos anos, serviu de orientação profissional aos aprendizes da Imprensa Nacional, a quem é dedicado. Lá estão, no pequeno livro, os mapas de caixa da Imprensa Nacional de Lisboa e do Rio, sem falar num excelente guia de revisão, até hoje adotado oficialmente naquela repartição, é claro que com algumas modificações. (BARBOSA, 2002: 51).

identidade operária do escravo, que não tinha o direito de associar-se em agremiações civis, com exceção das confrarias e irmandades, pode ser interpretada como uma forma velada de impedir o ingresso de “homens de cor” na sociedade. Escravos encontravam-se empregados em vários ofícios na praça carioca, concorrendo com trabalhadores livres com o incremento cada vez mais acentuado de artistas e operários estrangeiros. Isso em decorrência de discriminações étnicas e raciais, mas também pode ser interpretado como uma forma de defesa do trabalhador livre perante a concorrência do mercado de trabalho. Os tipógrafos não se furtaram dessa análise.

Na metade do século XIX, o historiador Vitorino verificou, só na cidade do Rio de Janeiro, a presença de 14 associações mutualistas, de diferentes ofícios, como cabeleireiros, chapeleiros, sapateiros, tipógrafos, copeiros, alfaiates. Em geral, essas associações eram organizadas por trabalhadores que realizavam um mesmo ofício. Porém, na cidade do Rio de Janeiro, uma associação em especial, se difere do perfil das demais, a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros: Trabalho, União e Moralidade, na qual fazia parte João Henriques de Lima Barreto. Nesse período de sua vida, os anos em que nasceram seus filhos, Afonso (1881), Evangelina (1882) e Carlindo (1884), João Henriques um homem que conseguira um bom casamento, um bom emprego, porém nesse momento sua situação ainda é bastante incerta. Incerta porque no final das contas era mulato, vinha de família escrava e nascera pobre. Se utilizou de vários artifícios, disponíveis nesse momento, para garantir sua ascensão social. Ele assim agiu, dentro das condições que a sociedade lhe permitia, refletindo sobre sua condição e pensando formas de garantir conquistas e novos projetos.

Pensando que João Henriques foi um tipógrafo que fez parte desse meio, durante boa parte de sua vida, poderemos refletir de como esses valores foram compartilhados por ele. Além disso, podemos também perceber, através de certas escolhas dos sujeitos históricos, por que caminhos percorriam e que significados davam a elas. Se tratando da classe tipográfica carioca e o lugar que ela tinha como associação, fundamentalmente de proteção social e ajuda mútua, existiam no Rio de Janeiro dos anos 1850 – 1880 quatro dessas associações. São elas: Imperial Associação Tipográfica Fluminense, fundada em 1853 e contemplava, apenas, a categoria dos tipógrafos. Outra era a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade, fundada em 1861 e que contemplava ofícios diversos como membros, e

da qual fazia parte João Henriques de Lima Barreto¹⁰. Outro, fundado em 1868, era a Associação dos Compositores do Jornal do Comércio, formada por tipógrafos tão somente. A última era a Associação Cooperadora dos empregados da Tipografia Nacional. Havia ainda outras associações, de participação mista, em que provavelmente tipógrafos faziam parte.

O que, talvez, seja um ponto importante para a análise, não seja tanto a representatividade das associações dos tipógrafos frente às demais, mas tratando da família Lima Barreto, seria entender porque da escolha de João Henriques a essa entidade e não a outra. Nesse caso, a escolha de João Henriques pode não ter motivação especial alguma, porém, como vimos anteriormente existiam essas opções. A profissão de tipógrafo, pelos motivos também já apresentados, correspondia a uma profissão pela qual os indivíduos proletários do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX tinham uma organização bastante interessante, tanto do ponto de vista da proteção aos membros com problemas financeiros ou familiares, quanto a uma organização em torno de pautas de melhores condições de trabalho.

Pensando que havia opções dentro das organizações mutualistas, a escolhida para sua filiação foi uma associação com vistas a uma abrangência maior da então emergente classe trabalhadora. Inicialmente, para o ingresso a essa associação, eram necessários os seguintes requisitos:

A Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade, fundada em 1861, em seus estatutos garantia o compromisso de “unir em uma só e grande família os filhos do trabalho”. Para fazer parte dessa “grande família”, uma porção de requisitos era solicitada ao candidato: em primeira instância: ocupar-se ou já ter ocupado em algum ofício ou arte, gozar de “honesta reputação” e ter ao menos, 18 anos de idade. A associação propunha a defesa dos interesses dos artistas brasileiros, numa equação com resultados para além das atividades exclusivamente voltadas para o socorros mútuos, incluindo a valorização do trabalhador por meio de seu enaltecimento técnico e intelectual. Prevalencia um espírito de união e proteção, esta propiciada pelas cotas pecuniárias de cada sócio, ao se ampararem mutuamente como “irmãos” e “filhos do trabalho” nas adversidades e calamidades da vida (ALMEIDA, 2015: 148).

¹⁰ Obtivemos essa informação através de um comunicado, no Jornal Gazeta de Notícias, em 1880, com a seguinte nota: “A Associação Nacional dos Artistas Brasileiros, Trabalho, União e Moralidade, reunida no dia 19 do corrente em assembleia geral, elegeu a seguinte diretoria: Presidente, Antônio Luiz do Espírito Santo Castro; Vice-presidente, Antônio Nunes de Oliveira; 1º Secretário, Cândido Brandão de Souza Barros; 2º Secretário, Augusto Medeiros da Silva Leal; Tesouraria, Cláudio José de Oliveira; Fiscal, Eloi Pedro de Santa Bárbara. Conselheiros: (...) João Henriques de Lima Barreto”. Jornal Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1880, n. 232. Disponível em: <http://goo.gl/8V8sTh>, pp. 1. No almanaque Laemmert, em 1883, João Henriques aparece como conselheiro da mesma Associação. Essas informações, nada mais que isso, nos mostram que João Henriques fez parte, sem saber se houve alguma interrupção no percurso, da associação Trabalho, União e Moralidade de 1880 a 1883.

João Henriques, assim como os trabalhadores, de maneira geral, da capital do Império, estavam em um contexto de mudanças. Mudanças essas que dizem respeito a condições históricas da entrada, ainda que aos poucos, das relações de produção e trabalho capitalistas no Brasil, e internamente uma diversificação das atividades manuais e manufatureiras, um crescimento demográfico notável e uma diminuição do trabalho escravo urbano. Essas mudanças levam a esses trabalhadores se organizarem em instituições de proteção social, mas também reconfiguram, no plano simbólico, “uma dimensão central na linguagem das sociedades mutualistas: o esforço de nobilitação ao trabalho, que precede a articulação de um discurso classista” (BATALHA, 1999: 65). Importante pontuar, como podemos ver na atividade como tipógrafo e até como proprietário de um jornaleco do Rio de Janeiro que a ascensão social conquistada por João Henriques não se refere apenas a questão econômica e de classe.

João Henriques deixou de ser um trabalhador braçal e fez parte de uma classe de artistas ou artesãos que crescia consideravelmente pelas ruas do centro do Rio. Ganhava o suficiente para viver bem com sua mulher e seus quatro filhos, chegando a ganhar na época da promoção de operário de primeira classe para chefe de turma cerca de um mil-réis. Morou com sua família, até o adoecimento de sua esposa, em bairros da região central como Flamengo e Laranjeiras. Porém, a ascensão social se refere também a aspectos ligados à cidadania e a cultura. O fato de João Henriques ter tido, ainda que talvez não tão influente assim, a experiência de uma vida pública e política, construindo o editorial de seu jornal ou mesmo conversando com os políticos que passavam pela redação de *A Reforma* nos dá pistas que a busca pela cidadania esteve presente nas aspirações sociais de João Henriques. Aspirações essas que eram completamente ignoradas aos negros e pobres do país, em situação de vulnerabilidade social, mas também eram privados do exercício da cidadania, como o voto, a participação política e a organização social.

João Henriques como sujeito histórico fez uma aposta na monarquia como garantia de consolidação da ascensão social familiar, porém foi derrotado pela “marcha da história”. Processo esse que se constitui basicamente enquanto uma ruptura às formas sociais do Império, inclusive de um acesso restrito das camadas subalternas e uma não garantia de direitos e oportunidades aos recém-libertos.

A história da família Lima Barreto durante a segunda metade do século XIX ainda

está em aberta para novas pesquisas. Olhar a condição histórica do escritor carioca Lima Barreto a partir do processo histórico no qual ele se insere e é afetado diretamente, ou seja, a abolição da escravidão de 1888 e a proclamação da República no ano seguinte podem ajudar inclusive a abrir caminhos de entendimento desse processo de ruptura do final do século XIX no Brasil e a consequência direta para a população negra liberta ou livre. Em Lima Barreto a sua trajetória literária – dificuldades financeiras e materiais – se devem também a esse processo e é necessário se olhar a partir dessa perspectiva.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Lucas Söhn. *Da ilha de Java à Bruzundanga: a trajetória do jovem Lima Barreto nas instituições educacionais da Primeira República (1881 - 1905)*. 2016. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de História, UFSC, Florianópolis, 2016.

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. *Representações do Associativismo entre as mutuais de trabalhadores na Corte do Império*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 143-163, jan.-jun. 2015.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BATALHA, Cláudio. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. Campinas/SP: Cadernos AEL, v.6, n.10/11, p. 43 – 68. 1999.

BARRETO, Lima. *Diário íntimo: memórias*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

VITORINO, Artur José Renda. *Leitores e leituras de romances franceses em nossas plagas imperiais*. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Campinas, v. 9, n.nº 16/17, p. 57-90, 2002.